



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CEFPEPS – CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

CAROLINE CARVALHO BERNINI MIRANDA

**OS RISCOS RESULTANTES DA AUTOMEDICAÇÃO:
UMA AÇÃO EDUCATIVA**

CONSELHEIRO LAFAIETE- MG

2015

CAROLINE CARVALHO BERNINI MIRANDA

**OS RISCOS RESULTANTES DA AUTOMEDICAÇÃO:
UMA AÇÃO EDUCATIVA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde –CEFPEPS - da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Profa. Anadías Trajano Camargos

CONSELHEIRO LAFAIETE-MG

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

MIRANDA, CAROLINE CARVALHO BERNINI
OS RISCOS RESULTANTES DA AUTOMEDICAÇÃO: UMA AÇÃO EDUCATIVA [manuscrito] / CAROLINE CARVALHO BERNINI MIRANDA. - 2015.
29 f.
Orientador: Anadias Trajano Camargos.
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Formação de Educadores em Saúde - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde .
1.promoção da saúde. 2.educação permanente. 3.riscos da automedicação e farmacêutico. I.Camargos, Anadias Trajano. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. III.Título.

Caroline Carvalho Bernini Miranda

RISCOS RESULTANTES DA AUTOMEDICAÇÃO: UMA AÇÃO EDUCATIVA

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.

BANCA EXAMINADORA:


Profa. Anadias Trajano Camargo (Orientadora)


Profa. Dra. Anézia Moreira Faria Madeira

Data de aprovação: **26/06/2015**

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente queria agradecer a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades iluminando sempre meu caminho.

À Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de realizar o curso.

A minha orientadora Professora Anadias Trajano Camargos pela orientação, apoio, compreensão, confiança e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A minha filha Luiza e meu esposo David pelo companheirismo, paciência e o apoio incondicional sempre me dando forças nas horas difíceis, mesmo estando ausente em alguns momentos.

Aos meus pais Marcelo e Alice e irmãs Thais e Pâmela pela confiança, amor e incentivo nas horas de desânimos.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho Alan, Rosimeiry e Patrícia pela força e paciência, e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

A todos o meu muito obrigada.

RESUMO -

Este estudo aborda sobre a automedicação como uma prática vivenciada pela humanidade de todos os tempos com a intenção de aliviar os sintomas dos males que os acomete. Tem sido muito comum a população brasileira fazer uso de medicação sem prescrição médica e sem a orientação de um profissional habilitado, comprometendo assim a saúde. Além disso, ocasiona efeitos adversos que variam de simples a graves. Nesse sentido, nessa proposta de intervenção utilizou-se a educação permanente para desenvolver com o enfoque na ação educativa, como ferramentas importantes na área de saúde e especialmente na Instituição farmacêutica. Delineou-se como objetivo, promover ação educativa para os funcionários e usuários do estabelecimento farmacêutico da Drogaria Real de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, sobre os riscos resultantes da automedicação. Metodologia Trata-se de uma proposta de intervenção cujo foco é a educação em saúde, que busca a conscientização dos profissionais sobre a prática indevida da medicação. Essa prática tem se tornado nociva a população brasileira, e por isso esse motivo tem se tornado um problema de saúde pública, além disso, agravando o estado de saúde da pessoa que de uma forma ou de outra acaba mascarando o diagnóstico que pode determinar a enfermidade que o acomete. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ingestão inconsequente de medicamentos como analgésicos e anti-inflamatórios, são na maioria das vezes encontrados não somente nos estabelecimentos farmacêuticos, como também nos supermercados e outros estabelecimentos comerciais. Esses problemas nos motivou a desenvolver este estudo, visando a conscientização dos profissionais a respeito dos prejuízos causados a saúde das pessoas, com isso poderá ser evitado os efeitos adversos. Para iniciar a proposta foi feita uma busca na base de dados utilizando-se como descritores, promoção da saúde, educação permanente, riscos da automedicação. Esse levantamento foi feito durante o período de outubro de 2014 a abril de 2015. Os artigos selecionados foram completos em português. Para a implementação da proposta de intervenção utilizou-se como material didático oficinas, palestras, folders, cartazes, e orientações em grupo e individual. A operacionalização da ação educativa ocorreu em 4 etapas, sendo identificação do cenário; Planejamento; Implementação e Avaliação e acompanhamento da proposta. Espera-se com este estudo auxiliar a população e os trabalhadores do estabelecimento farmacêutico quanto aos riscos da automedicação, e ainda contribuindo para que os objetivos alcançados sejam alcançados e possam indicar vantagens para os trabalhadores, comunidade e ao proprietário do estabelecimento farmacêutico.

Descritores: promoção da saúde, educação permanente, riscos da automedicação e farmacêutico.

ABSTRACT-

This study focuses on self-medication as a practice experienced by mankind for all time with the intention of relieving the symptoms of the ills affecting them. It has been very common in the population make use of medication without a prescription and without the guidance of a qualified professional, thus compromising the health. Furthermore, it causes side effects which vary from simple to severe. In this sense, this intervention proposal was used to develop lifelong learning with a focus on educational activities, as important tools in healthcare and especially in the pharmaceutical institution. It outlined as objective to promote educational activities for employees and users of pharmaceutical establishment Drugstore Real Hafizabad, Punjab, on the risks of self-medication. Methodology This is a proposal for intervention which focuses on health education that seeks the professional awareness about malpractice medication. This practice has the Brazilian population become harmful, and therefore this reason has become a public health problem, moreover, worsening the state of health of the person in one form or another has just masking the diagnosis which can determine the disease which affects. In this sense, one can say that the reckless consumption of medicines like painkillers and anti-inflamatórios, are most often found not only in the pharmaceutical establishment, as well as in supermarkets and other commercial establishments. These issues motivated us to develop this study, aimed at raising awareness of professionals about the damage caused to people's health, it can be avoided with the adverse effects. To start the proposal was made searching the database using as descriptors, health promotion, lifelong learning, self-medication risks. This survey was conducted during the period October 2014 to April 2015. The selected articles were complete in Portuguese. To implement the proposed intervention was used as teaching material workshops, lectures, brochures, posters, and group and individual guidance. The implementation of educational activities took place in four stages, identification of the scenario; Planning; Implementation and Evaluation and monitoring of the proposal. It is hoped that this study help the population and pharmaceutical establishment workers about the risks of self-medication, and still contributing to the achieved goals are achieved and may indicate advantages for workers, the community and the owner of the pharmaceutical establishment.

Keywords: health promotion, lifelong learning, self-medication and pharmaceutical risks.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	7
2- OBJETIVOS.....	11
2-1 Objetivo Geral-----	11
2-2 Objetivo Específico-----	11
3-JUSTIFICATIVA.....	12
4-REFÊRENCIAL TEÓRICO.....	13
5- METODOLOGIA.....	18
5.1 Operacionalização da Proposta de Intervenção:.....	19
5.1.1. Identificação do cenário da proposta:.....	19
5.1.2 Planejamentos da proposta.....	19
5.1.3. Implementação da proposta.....	21
5.1.4Avaliação e acompanhamento da proposta.....	22
6- CONCLUSÃO.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

A partir do desenvolvimento do presente estudo, teve-se como enfrentamento a situação que a autora tem detectado sobre os riscos causados pela automedicação, daqueles que procuram a instituição farmacêutica na tentativa de aliviar o seu sofrimento imediato. Assim, destaca-se que no Brasil a atenção farmacêutica é considerada como uma promoção de saúde (OPAS, 2002). Conceituando-a como uma prática profissional, onde o cliente é beneficiado pelas ações dos farmacêuticos, reconhecendo-o como educador porque contribui para a prevenção de doenças e também com as orientações, que podem evitar essa prática tão maléfica que é a automedicação (OMS,1993).

Tem-se percebido, nas experiências desenvolvidas com os usuários, que é comum no Brasil a prática da automedicação e como consequência o surgimento dos riscos decorrentes dessa atitude desordenada das pessoas.

De acordo com a Resolução número 586 de 29 de agosto de 2013, os farmacêuticos podem prescrever medicação de acordo com a legislação específica, que não necessitam de retenção de receita como antibióticos e os medicamentos de controle especial (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA, 2013).

É de competência dos profissionais médicos e farmacêuticos atentarem para as questões que tem contribuído com o uso indevido da medicação, procurando orientar os usuários sobre os fármacos e a forma de utilizá-lo corretamente, essa atitude pode evitar os efeitos adversos com a prática da automedicação. Essa prática tem sido comum devido à deficiência na área da promoção da saúde, principalmente nos caso de superlotação e a demora do atendimento nos prontos atendimentos ou em unidades básicas de saúde (Zubioli,2000).

A Organização Mundial de Saúde têm ressaltado que "o paciente recebe o medicamento apropriado a sua necessidade clínica, na dose e posologia corretas, por um período de tempo adequado e ao menor custo para si e para a comunidade" (OMS, 2002, p. 1).

Vale destaca-se aqui, a importância do farmacêutico como educador em saúde, uma vez que no Brasil, segundo Aquino (2008) cerca de 35% dos medicamentos adquiridos em ambiente farmacêuticos são utilizados através da automedicação. Entende-se como automedicação o uso de medicamento sem nenhuma intervenção por parte de médicos ou outro profissional habilitado, nem no diagnóstico, nem na prescrição, nem no acompanhamento do tratamento do cliente.

Para Melina et al (2007, p.235), o processo educativo é um processo político, cujos métodos e técnicas devem favorecer a desalienação, a transformação e a emancipação dos sujeitos envolvidos, a educação em saúde não deve ser exclusivamente informativa, todavia levar os usuários a refletirem sobre as bases sociais de sua vida, passando a perceber a saúde não mais como uma concessão, e sim, como um direito social.

Sabe-se que a facilidade de aquisição de medicamentos e muitos deles são livremente comercializados não apenas em farmácias como, muitas vezes, em supermercados e até em postos de combustíveis. Esse estudo se propõe promover a educação em saúde junto a população que procura o estabelecimento farmacêutico para exercer a prática da automedicação e os profissionais devem conscientizá-los dos riscos dessa prática procurando a disseminação desse conhecimento, entre os familiares, trabalhadores da saúde e a população em geral. Dessa forma o farmacêutico pode contribuir para solução dos problemas referentes a prática da automedicação, através da informação e orientação aos clientes que procuram adquirir medicamentos sem prescrição médica uma vez que buscam aliviar o seu sofrimento momentaneamente.

A utilização adequada do medicamento torna-lhe uma ferramenta eficiente na terapia, no entanto, o seu uso inapropriado é um grande problema de Saúde Pública mundial, acarretando em importantes implicações na economia. É importante ressaltar que a promoção do uso racional de medicamentos, pode-se contribuir para a diminuição dos números de intoxicações e internações hospitalares, e conseqüentemente atuar mais em níveis de prevenção e promoção da saúde proporcionando melhor alocação dos recursos disponíveis (OPAS, 2005).

Quando ocorre à automedicação de forma inadequada, ocorre também uma interpretação de forma errônea, e isso pode provocar efeitos indesejados, surgimento de enfermidades ocasionadas pelo uso indevido da medicação sem critérios, pode inclusive mascarar tanto os sintomas da doença principal, como pode prejudicar o tratamento adequado. O risco dessa prática está relacionado à qualidade da informação que o paciente tem sobre o fármaco, bem como a facilidade de acesso ao mesmo no sistema de saúde (BRAOIOS, et al, 2013).

Os antimicrobianos, antiinflamatórios e antitérmicos são os medicamentos mais procurados nos estabelecimentos farmacêuticos, porque são de fácil acesso, as pessoas têm certeza de que eles irão aliviar os sintomas indesejáveis.

É importante destacar, ainda que apesar das exigências em relação à aquisição de antibióticos, a população não está conscientizada da importância da apresentação dessas receitas no ato da compra. Percebe-se o aumento das prescrições de antibióticos, a deficiência de informação e orientações aos usuários pelos profissionais da saúde e o uso incorreto por parte do paciente (BRAOIOS, et al, 2013).

Ao longo dos anos, a resistência bacteriana causada por infecções foi aumentando, pois, além das prescrições erradas, as pessoas estão consumido fármacos por conta própria sem orientação correta. (BRAOIOS, et al, 2013).

De acordo com o art. 8º da resolução da diretoria colegiada (RDC) nº 20/2011, foi publicada no Diário Oficial da União em 09/05/2011 que os antimicrobianos terão que ser liberados somente com receituário médico, em duas vias, sendo uma para o paciente e a outra fica retida no ato da liberação do medicamento (BRASIL, 2011).

O uso indiscriminado de medicamentos fitoterápicos, utilizado sem uma orientação especializada é um risco de reações adversas, e que pode ser evitada com uma simples orientação dos profissionais da área da saúde com o cliente.

Para evitar a prática da automedicação e as conseqüências que ela pode acarretar, a forma correta de se tratar qualquer dor ou mal estar é procurar um profissional competente e seguir suas recomendações e orientações, evitando assim a automedicação, mesmo que os medicamentos já tenham sido indicados por um médico anteriormente; uma vez que as causas das dores ou dos incômodos podem ser outras

Sabe-se que o uso indevido de medicamentos pode agravar o estado de saúde da pessoa, e pode ainda falsificar o diagnóstico de determinada doença. A partir disso surge a inquietação da autora desse estudo que buscou a elaborar a pergunta que vai nortear o estudo. Quais os riscos que o uso de medicamentos de forma incorreta pode trazer para a saúde do cliente?

Para justificar a importância de se prevenir os riscos decorrentes da automedicação deve-se levar em consideração os tipos de uso irracional de medicamentos:

- uso abusivo de medicamentos;
- uso inadequado de medicamento antimicrobiano, freqüentemente em doses incorretas ou para infecções não bacterianas;
- uso excessivo de injetáveis nos casos em que seriam mais adequados formas farmacêuticas orais;
- prescrição em desacordo com as diretrizes clínica;

- automedicação inadequada, freqüentemente com medicamentos que requer prescrição médica.

Esses foram os motivos que nos levou a desenvolver essa proposta de intervenção, com foco na ação educativa, com foco nos riscos causados pela automedicação, sendo este o problema principal deste estudo. Essa ação educativa deverá abranger tanto os trabalhadores da instituição farmacêutica como os usuários.

Com o intuito de obter respostas aos questionamentos feitos pela autora, o presente estudo procura descrever o que determina a lei sobre a função e responsabilidades dos farmacêuticos em relação a orientação a população sobre a importância do uso racional dos medicamentos.

Por esse motivo, os funcionários de farmácias devem ser treinados visando adquirir novos conhecimentos sobre o assunto e posteriormente contribuirá com farmacêutico no encaminhamento para a orientação sobre a forma correta do uso racional dos medicamentos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral:

- Desenvolver uma Proposta de Intervenção na instituição farmacêutica utilizando ação educativa como estratégia pedagógica sobre a temática “os riscos decorrentes da automedicação”, na Drogaria Real de Conselheiro Lafaiete.

2.2. Específicos

- Promover ação educativa para os funcionários e usuários do estabelecimento farmacêutico sobre os riscos decorrentes da automedicação;
- Estimular os profissionais e usuários da instituição farmacêuticas sobre os riscos resultantes da automedicação.

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.

A relevância desse trabalho justifica-se pelo despreparo dos balconistas que atendem os usuários que procuram o estabelecimento farmacêutico para aquisição de medicamentos sem a prescrição médica. Sabe-se que a procura pelo estabelecimento farmacêutico normalmente é motivada pela demora no atendimento nos serviços de saúde ou pela impaciência dos clientes que tentam resolver seu problema de saúde com maior rapidez.

Além disso, pode ser considerada uma forma de se auto cuidar, apesar de muitas vezes ser potencialmente danosa à saúde das pessoas que tem como hábito desenvolver essa prática da automedicação. É obvio que essas pessoas estão sujeitas ao agravamento de doenças, ocultação dos sintomas de outras, grande possibilidade de mascarar o diagnóstico, provocar alergias, dependências e até ser causa de morte, causada por efeitos adversos.

Na maioria das vezes as pessoas que praticam essa ação, possuem pouca escolaridade ou porque os mesmos já fizeram uso de determinado medicamento e tiveram resultado o esperado, ou ainda, porque as pessoas são hipocondríacas, e isso os leva a fazerem uso de medicamentos de forma incorreta.

A prática de uso de medicamentos sem a prescrição pelo profissional qualificado tem sido palco de discussões sobre os riscos resultantes dessa automedicação, este fato elucidou a inquietação da autora durante todo o processo de aprendizagem.

Ressalta-se que nesse percurso, foi feita uma consulta a literatura sobre a temática e não foi diferente daquilo que vinha sendo observado durante essa trajetória, tendo como atores principais as pessoas que tentam aliviar seu sofrimento utilizando os medicamentos aleatoriamente.

Estes fatos motivaram a autora a desenvolver a proposta de intervenção na tentativa de identificar os riscos resultantes da automedicação, cujo resultado implicaria no desenvolvimento deste trabalho visando oferecer subsídios aos trabalhadores do estabelecimento farmacêutico.

4- REFERENCIAL TEÓRICO:

Hoje em dia a propaganda estimula o acesso ao uso de medicamentos indiscriminados, adquiridos em farmácias e/ou supermercados dando a impressão de que os mesmos são produtos livres de riscos, no entanto, a liberdade de adquiri-los expõe os consumidores às reações indesejadas, mesmo sabendo que pode amenizar os problemas fatigantes que apresentam no momento.

A medicação por conta própria é um dos exemplos de uso indevido de medicamentos, seja para combater dores, febres ou outros acometimentos. Entretanto, a ingestão dessas drogas tem a finalidade de solucionar o alívio imediato de alguns outros sintomas, pode trazer conseqüências graves e as vezes podem ser irreversível.

Autores destacam que a automedicação e a prescrição inadequadas acarretam em efeitos indesejáveis, doenças iatrogênicas e mascaramentos de afecções evolutivas, logo é um problema a ser prevenido (ARRAIS, *et al.*, 1997)

A automedicação é considerada pela Vigilância Sanitária como a utilização de medicamento por conta própria, por indicação de pessoas não habilitadas para prescrever medicação, além da utilização de medicamentos sem a retenção de receita. Os medicamentos que são mais procurados nas drogarias são antiácidos, laxantes, descongestionantes nasais, antiinflamatórios, analgésicos, antitérmicos, xaropes, suplementos alimentares, emagrecedores entre outros.

Segundo Musial, *et al.*, (2007), a automedicação também pode ser através da utilização de receitas antigas, que foram utilizadas anteriormente e que tiveram os efeitos esperado. A população justifica esse fato pela falta de atendimento ao público, demora no atendimento nas instituições de saúde, deficiência no número de profissionais, levando-os a procurar um estabelecimento onde as vendas de medicamentos são facilitadas.

Segundo Telles Filho, Almeida e Pinheiro (2013: p. 197) “ a automedicação é definida como o uso de medicamentos sem prescrição medica, na qual o próprio pacientes decide qual fármaco utilizar, aconselhado quase na totalidade por pessoas não habitas, como amigos, familiares ou balconista de farmácia”.

Os autores acima realizaram um estudo sobre automedicação em pessoas idosas e destacam a importância das informações afirmando que as mesmas servem de base para ações em saúde e possibilitam o planejamento quanto ao uso racional de medicamentos. Além disso, colocam ainda que o medicamento ocupa papel central na busca pela recuperação da saúde e é elemento essencial das práticas profissionais. (TELLES FILHO; ALMEIDA e PINHEIRO (2013)

Estudos acrescentam que “a prática da automedicação pode acarretar alguns problemas que decorrem, fundamentalmente, da utilização inadequada dos medicamentos, consequências, na maior parte das situações, de uma informação inadequada e insuficiente e de uma cultura fármaco terapêutica, não perfeitamente consolidada...”RIBEIRO et al, 2010: p.1)

Vale destacar a fala de Arrais et al (1997), Cerqueira et al (2005) e Tomas et al (2007), Apud Ribeiro et al (2010: p. 2) que definem “*a automedicação como um procedimento caracterizado, fundamentalmente, pela iniciativa de um doente, ou o seu responsável, sem prescrição profissional, obter e utilizar um produto que acredita lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas*”

Para Zubioli (2000), o farmacêutico tem a competência para realizar uma automedicação responsável; o cliente procura a farmácia que é de fácil acesso e gratuito para a orientação correta do farmacêutico e dos balconistas, que são treinados a postar esse tipo de atendimento de forma correta e segura, esclarecendo as dúvidas e os riscos que ocorrem com a prática da automedicação.

Destaca-se que os usuários procuram o estabelecimento farmacêutico, como o primeiro recurso para solucionar um problema de saúde e obter o alívio imediato do sofrimento. Este ato é considerado automedicação, faz parte da cultura das pessoas; muitas vezes esta prática pode agravar uma doença crônica (FUCHS et al, 2006).

Segundo a Associação Brasileira de Indústrias Farmacêuticas, o não cumprimento da exigência da apresentação da receita médica faz com que exista, no país, um número alto, no que diz respeito à quantidade de pessoas que praticam a automedicação (MENDES, 2014).

A Organização Mundial de Saúde (1985) o uso racional de medicamentos é quando “os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses e períodos adequados às particularidades individuais, com baixo custo para eles e sua comunidade”.

Para Musial, (2007), quando as pessoas realizam a automedicação, prejudicam a saúde tanto individual quanto coletiva. A utilização de remédios de forma inadequada, mesmo que sejam medicamentos de venda livre, como analgésicos, antiinflamatórios, antigripais, descongestionantes nasais, gastrointestinais, acarretam reações como: intoxicação, alergia ao componente da fórmula, hipersensibilidade, resistência bacteriana, dependência do fármaco, hemorragia entre outros fatores, aliviando os sintomas e mascarando doenças de base.

O farmacêutico tem uma grande importância na área da saúde, pois ele é um dos principais profissionais que entendem melhor de medicamentos e os efeitos que estes podem

ocasionar. Além de prescrever medicação, que não necessita de receita médica, ele pode indicar plantas medicinais e fitoterápicos. Além de reforçar o seu papel na sociedade com os cuidados da saúde dos pacientes, ele deve e tem que participar das discussões dos quadros clínicos, realizarem anamnese farmacêutica, verificando os sinais e sintomas dos pacientes, além de analisar as prescrições de medicamentos se estão de acordo e corretas ao quadro do paciente (ZUBIOLI, 2000).

Hepler e Strand (1990), utilizaram pela primeira vez na literatura científica o termo "Pharmaceutical Care", que foi traduzido em nosso País para "*Atenção Farmacêutica é a provisão responsável do tratamento farmacológico com o objetivo de alcançar resultados satisfatórios na saúde, melhorando a qualidade de vida do paciente*". Este conceito foi debatido, aceito e expandido, na reunião de peritos da Organização Mundial de Saúde, realizada em Tóquio.

Nessa reunião, foi definido também o papel principal do farmacêutico: como educador da saúde

"estender o caráter de beneficiário da Atenção Farmacêutica ao público, em seu conjunto e reconhecer, deste modo, o farmacêutico como dispensador da atenção sanitária que pode participar, ativamente, na prevenção das doenças e da promoção da saúde, junto com outros membros da equipe sanitária" (OMS, 1994, p.24).

Silva (2002) destaca que entre os profissionais da saúde, encontra-se o farmacêutico, o qual tem que atuar de forma consciente e compromissada com o bem estar dos clientes que utilizam dos seus serviços.

O modulo 2 do curso de especialização em formação pedagógica (2013) assegura a importância da educação em saúde, um dos principais temas que tem contribuído com o aprendizado dos profissionais de saúde, incluindo o farmacêutico. Essa proposta não poderia falar da automedicação sem que abordasse as questões relacionadas a educação em saúde como um conjunto de saberes e práticas orientadas para que ocorra a prevenção de doenças e promoção da saúde (COSTA E LOPES, 1996 *apud* ALVES, 2005).

Para certificar que haverá educação em saúde adequando os efeitos esperados, Briceño-Léon (1996) apresenta dois princípios básicos na orientação das ações de saúde fortalecendo o conceito de educação popular: Primeiramente, é indispensável conhecer as pessoas para as quais se destinam as ações de saúde, compreendendo suas crenças, hábitos e

papéis, e as condições objetivas em que vivem. O segundo princípio parte do raciocínio de que é preciso envolver os indivíduos nas ações. O autor analisa que apenas com a participação da comunidade é possível garantir sustentabilidade e efetividade das ações de saúde.

Para Pereira (2003), a prática educativa em saúde, refere-se tanto às atividades de educação em saúde, voltadas para as capacidades individuais e coletivas, obtendo a melhoria da qualidade de vida e saúde; quanto às atividades de educação permanente, dirigidas aos trabalhadores da área de saúde através da formação profissional contínua.

Nesse sentido, Machado, et al, (2007) acrescentam que a promoção em saúde é uma ferramenta importante na preparação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e sua saúde, ao reconhecer o importante comprometimento das pessoas na condução desse processo.

Lima, et al (2000) corroborando com o autor acima colocam que a educação em saúde tem a possibilidade de organizar os integrantes de uma comunidade para atuarem como responsáveis na promoção da saúde, através da troca de saberes científicos e as experiências vivenciadas, colocando em evidência a integração, a continuidade, utilizando o conhecimento e o avanço na área social. Esse conhecimento pode contribuir para que a pessoa tenha uma melhor qualidade de vida, inclusive na adesão ao tratamento e no uso racional de medicamentos.

Diogo e Duarte (1999) ressaltam a importância da capacitação de recursos humanos voltada para o desenvolvimento das competências necessárias ao cuidado à saúde, considerando-se suas peculiaridades e sua complexidade. Para alguns autores esse é um desafio para os planejadores de programas de educação permanente nos diversos serviços, sobretudo quando se considera uma enorme escassez, nos currículos de formação profissionais em saúde, de conteúdos e cenários de prática relacionados a pessoa idosa, em especial.

Assim, Ceccin (2005, p. 162) preocupado com a formação dos trabalhadores da saúde, consegue descrever um conceito relevante sobre a educação permanente em saúde,

“A educação permanente em saúde pode corresponder a Educação em Serviço, quando esta coloca a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos para a formação técnica submetidos a um projeto de mudanças institucionais ou de mudança da orientação políticas das ações restadas em dado tempo e lugar”

O mesmo autor acrescenta ainda que,

“a educação permanente em saúde configura um desdobramento da Educação Popular ou da Educação de Jovem e Adulto, perfilando-se pelos princípios e/ou diretrizes desencadeados por Paulo Freire desde a Educação e conscientização/Educação como Prática da Liberdade/Educação e Mudança, passando pela Pedagogia do Oprimido,

Pedagogia da Esperança, Pedagogia da Cidade, pedagogia da Autonomia e Pedagogia da Indignação” (CECCIN, 2005. p. 162).

Acredita-se que a contribuição de Ceccin, sobre educação permanente na área da saúde é relevante quando se trata de melhoria do conhecimento dos trabalhadores que necessitam oferecer serviços à população seja em instituições de saúde ou não.

Damasceno et al (2007) vem reforçar os estudos já citados nesse trabalho, em relação as razões que levam as pessoas se automedicarem, entre elas estão as dificuldades para conseguir a consulta médica, bem como o custo para aquisição desse fármaco, o que torna perigo considerando a deficiência da fiscalização própria. Vale ressaltar que a prescrição de medicamentos constitui responsabilidade não somente aos médicos, mas também aos farmacêuticos, os quais são preparados para este fim e por esse motivo a população deve ser conscientizada dos danos que a automedicação provoca as pessoas envolvidas nesse processo.

5- METODOLOGIA

Este trabalho enfoca a Proposta de Intervenção (PI), utilizando-se como estratégia a ação educativa com destaque aos fatores de riscos resultantes da automedicação, visto que a deficiência da informação aos clientes que procuram atendimento, na instituição farmacêutica ainda são escassos.

Para desenvolver a PI, foram necessárias algumas ações, entre elas reuniões para esclarecimentos dos objetivos da proposta, sobre o local das atividades, conteúdo e instrumento de avaliação elaborado pela farmacêutica. Os participantes do processo reconheceram a necessidade das atividades para tornar o atendimento mais humanizado, a partir das informações objetivas que pode evitar os riscos provocados pela automedicação, o que hoje é muito comum na instituição farmacêutica.

Antes de iniciar a atividade, delineou-se as etapas da PI e a primeira delas foi realizar um diagnóstico das condições em que se encontrava a estrutura física da farmácia, local de trabalho da autora desse estudo.

Na perspectiva de buscar resultados convincentes, utilizou-se a ação educativa visando construir uma consciência crítica e não somente troca ou repasse de informações. Essa ação educativa deve constituir-se de um planejamento de forma que possibilite a interação com a realidade e tudo que dela decorre, no sentido de tornar possível o alcance dos objetivos da PI, e assim poder melhorar o atendimento ao público de forma consciente, uma vez que nem os serviços de saúde e nem os profissionais que nele trabalham estão prontos para atender esse tipo de demanda.

Para reforçar as afirmativas colocadas buscou-se respaldo em Ceccin que descreve a educação permanente, como uma prática importante para melhorar o aprendizado no processo da educação em saúde. Nesse a produção dos conhecimentos no cotidiano das instituições de saúde, de acordo com a realidade vivida pelas pessoas envolvidas, enfrentam os problemas do dia a dia do trabalho e as experiências em relação às mudanças. (CECCIM, 2004).

A educação em saúde propicia uma melhoria na qualidade de vida da população, diminuindo os problemas e os danos decorrentes das doenças, favorece a redução do consumo de medicamentos e possibilita a participação ativa do cidadão.

Para desenvolver a proposta buscou-se nas bases de dados SciELO, Lilacs e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se dos descritores: Promoção da saúde, Educação Permanente, Riscos da Automedicação, no período de outubro de 2014 a abril de 2015. Os

artigos selecionados 27 artigos completos na língua portuguesa; além disso, consultamos os sites da ANVISA para conhecermos as legislações existentes sobre o assunto.

De posse desse material procurou-se dividir a proposta em etapas, cujo tema escolhido foi o problema vivenciado pela autora em relação à procura por medicamentos sem prescrição pelos profissionais preparados para realizá-las.

5-1 Operacionalização da proposta de intervenção:

A ação educativa incluiu os trabalhadores e usuários da instituição farmacêutica, sobre **os riscos resultantes da automedicação**, a vivência da autora na área da saúde, principalmente na farmácia, foi primordial para realização da ação educativa, pois um dos problemas que mais ocorre é a utilização dos fármacos de forma errônea podendo provocar alguns riscos que variam de leves a graves. Esses riscos podem ser evitados se a população se conscientizar e procurar desenvolver as mudanças de hábitos.

Com esta proposta pretende-se minimizar a realidade considerando os “nós críticos” levantados na elaboração do diagnóstico da instituição, visando melhorar a prática que envolve a automedicação.

Para operacionalizar essa proposta foi necessário a observação da autora na identificação do problema, sua participação no planejamento e atuação durante a ação educativa. Para isso utilizou-se as seguintes etapas: Identificação do cenário, Planejamento da proposta, Implementação e Avaliação e acompanhamento da proposta.

5.1.1 Identificação do Cenário da Proposta

O cenário onde realizei esta proposta de intervenção foi uma instituição farmacêutica denominada de Drogaria Real Lafaiete, na cidade de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. O proprietário disponibilizou uma sala com cadeiras, mesa, notebook, canetas, papéis, pincéis e cartazes e folders. Logo após, a confecção dos folders, estes foram colocados sobre o balcão da farmácia e distribuídos.

5.1.2 Planejamentos da proposta

Nesta etapa foi feita a divulgação da proposta que teve como finalidade o levantamento dos profissionais que seriam treinados e dos usuários cuja escolha foi feita aleatoriamente. Após esse levantamento foi constatado o nível de desatualização dos mesmos, principalmente quando questionados sobre os conhecimentos adquiridos na formação inicial.

O planejamento é de grande importância para as organizações de saúde, isso porque envolvem diversos aspectos que vão desde: pontos fortes e fracos, formulação de estratégias implementação e avaliação.

Nesse sentido, o planejamento é o instrumento que permite melhorar o desempenho, otimizar a produção e elevar a eficácia e eficiência dos sistemas no desenvolvimento de suas funções de proteção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde. Considerando a importância dessa etapa, destaca-se ainda que planejamento consiste em desenhar, executar, acompanhar, e avaliar um conjunto de propostas com vistas à intervenção sobre determinada realidade(Mehry, 1994).

Mehry (1994) vem confirmar essa colocação a partir do momento que considera o planejamento como instrumento de ação governamental para a geração de políticas, como um instrumento do processo de gestão das organizações e das práticas sociais. Acrescenta ainda, que o planejamento é uma arma que ajuda no desenvolvimento das organizações e dos sistemas, além de educar os agentes sociais e analisar de forma sistemática as organizações. Ele não é somente uma ferramenta de trabalho que é aplicada em determinada situação.

Entendemos que planejar, é um processo que *“visa dar respostas a um problema estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de maneira que venha atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro”*. (LIBÂNEO, 1992, p.221).

Para Padilha (2001, p.30), o ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação *“visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, a partir dos resultados da avaliação da própria ação”*.

Apesar de Parra (1972) ser uma literatura mais antiga ele traz destaque das etapas que compõe um planejamento que nada mais é do que fazer uma análise de determinada realidade, refletindo sobre as condições existentes, e prevendo as formas alternativas de ação para superar as dificuldades ou alcançar os objetivos desejados. Nesse sentido, para se planejar é necessário prever para decidir sobre:

- que pretendemos realizar;
- o que vamos fazer;
- como vamos fazer;

- o que e como devemos analisar a situação, a fim de verificar se o que foi pretendido foi atingido.

Para confirmar a importância do planejamento a seguir apresenta-se o programa da proposta de intervenção em forma de cronograma.

PROGRAMAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Tema	Objetivos	Data e Horário	Local do Evento	Atores	Material Didático	Instrutor
Oficina para apresentação da Proposta de Intervenção.	Sensibilizar os participantes sobre a proposta de intervenção. Prestar informações sobre ação educativa.	1º semana do dia 24.4.15 a 30.04.15 de 14 às 18	Sala de reunião da drogaria.	Funcionários e clientes da drogaria.	notebook. slides	Farmacêutica
Riscos provocados pela automedicação	Informar aos funcionários e clientes sobre os riscos que podem ocorrer com a automedicação	2º semana 31.4.15 a 6.5.15 14 às 18	Sala de reunião da drogaria	Funcionários e clientes da drogaria	Slides figuras e palestra notebook.	Farmacêutica
Utilização de medicamentos sem a prescrição	Orientar os funcionários e os clientes sobre a importância da prescrição e a orientação de um profissional competente.	7.5.15 a 13.5.15 14 às 18	Sala de reunião da drogaria	Funcionários e clientes da drogaria	Slides Notebook palestra Folder	Farmacêutica
Os perigos da automedicação, prevenindo assim os riscos que ocorre com essa prática.	Ministrar palestras aos funcionários e aos clientes sobre os riscos que ocorrem com a prática da automedicação e a competência do profissional competente	14.5.15 a 20.5.15 14 as 16	Sala de reunião da Drogaria	Funcionários e clientes da Drogaria.	Slides Notebook Folder Cartazes Aula expositiva	Farmacêutica
A importância da procura pela orientação de um profissional competente	Mostrar aos funcionários e aos clientes a importância de procurar uma orientação correta e adequada quanto à utilização dos medicamentos	21.5.15 a 27.5.15 14 as 16	Sala de reunião da Drogaria	Funcionários e clientes da Drogaria	Slides Notebook Folder cartazes	Farmacêutica

5.1.3. Implementação da proposta

Para a implementação da proposta de intervenção utilizou-se como material didático oficinas, palestras, folders, cartazes, e orientações em grupo e individual. Para iniciar essa atividade foi realizada uma oficina utilizando-se uma dinâmica denominada para quebrar o gelo, desinibir os participantes e facilitar o entrosamento. Essa implementação ocorreu durante o mês de abril de 2015, conforme mostra o programa planejado que teve como objetivo facilitar a integração entre os clientes e funcionários, com repercussão na melhoria do conhecimento dos mesmos, através de palestras e oficina cujo tema principal foi os riscos resultantes da prática da automedicação

Durante o processo de implementação da proposta, foi disponibilizado o material de divulgação aos usuários que procuraram a drogaria, e ao mesmo tempo procuramos informar sobre o nosso trabalho e objetivo da proposta e o que conteúdo dos folders, quanto aos cartazes foram afixados no espaço em que a instituição farmacêutica ofereceu para divulgação e realização da atividade. Essa conduta favoreceu o diálogo entre os trabalhadores e os clientes, e contribuiu para minimizar as dúvidas a respeito da temática.

5.1. 4. Avaliação e acompanhamento da proposta

Esta proposta conseguiu alcançar os objetivos, principalmente o de maior repercussão para a saúde da população incluindo principalmente os participantes.

A avaliação e o acompanhamento da proposta devem ser de forma contínua, e de preferência semanalmente, durante a reunião com os funcionários, nessa reunião procurou-se levantar o nível de aceitação da clientela.

1ª semana- foi realizada uma reunião e contou com a presença dos funcionários, farmacêutico e o proprietário, e teve como objetivo avaliar o nível de aceitação da proposta pelos clientes;

2ª semana- na segunda reunião procurou-se conhecer a opinião dos clientes que receberam os folders através dos balconistas da instituição farmacêutica;

3ª semana- terceira reunião avaliou-se como estava sendo a procura de informações e como estava sendo repassada aos interessados. Se eles estão compreendendo a finalidade da proposta e levantar as dúvidas geradas para que possam ser sanadas;

4ª semana – quarta reunião o assunto foram os comentários dos clientes, em relação as vendas, sobre a procura pelas informações e principalmente se a prática da automedicação sofreu alguma redução.

Considerando a importância da implementação da proposta, 50% (cinquenta por cento) dos funcionários avaliaram positivamente. Quanto aos clientes foram registrados alguns comentários sobre a proposta e os resultados da automedicação. Procuramos descrever a manifestação de 04 usuários, selecionados aleatoriamente. (C1) “Vocês estão de parabéns, pois se preocuparam em nos orientar quanto à utilização de medicamentos por conta própria...”;(C2) “Que legal, eu não sabia que poderia ocorrer esses riscos...”; (C3)“Nossa! deu até medo de tomar remédio sem perguntar antes...”;(C4)“Obrigada pela orientação, sempre vou procurar informação antes de tomar remédio...”.

Outros clientes teceram comentários sobre os problemas vivenciados no cotidiano em relação às reações alérgicas aos fármacos, entre eles reações gastrointestinais, renais, hepáticos, e na maioria deles consideraram transtornos graves, visto que precisaram se submeter a tratamento mais rigorosos em função dos efeitos adversos decorrentes da automedicação e acrescentaram que a resistência aos medicamentos os levou a utilizar fármaco mais forte e mais caro.

Com base nestas informações, denota-se como importante instrumento para viabilizar a educação permanente e facilitar o acesso a ação educativa, como instrumentos relevantes para a realização da proposta e da avaliação que ajudarão a manter a atividade e com isso melhorar a interação do farmacêutico com a clientela.

6. CONCLUSÃO

Considerando a importância da proposta de intervenção realizada no estabelecimento farmacêutico, cujo tema foi os **“riscos resultantes da automedicação”**, que teve como objetivo promover uma ação educativa para os trabalhadores e usuários.

A avaliação foi realizada durante todo o mês de abril, e pretende-se estender a ação educativa de forma contínua, visto que as orientações lhes trouxe informações precisas e coerentes evitando maiores danos.

Espera-se contar, com o crescimento dessa aceitação pelos usuários e manutenção do conhecimento dos atendentes de balcão, visando esclarecer as dúvidas sobre os fármacos, tanto suas como dos clientes sobre os riscos da automedicação para que os mesmos possam sempre procurar se informar com um profissional adequado seguindo o tratamento correto, melhorando assim o caso de enfermidade.

Através da avaliação considerou-se que o trabalho foi prazeroso visto que nos dedicamos a tirar as dúvidas ao responder as perguntas que nos foram feitas com frequência. Além disso, a divulgação do nosso trabalho em relação aos riscos pela automedicação.

Ressalta-se que a ação proposta foi realizada pela farmacêutica que trabalha na drogaria e assim, a ênfase dada a esse trabalho certamente irá contribuir com outros estabelecimentos de igual origem, contribuindo especialmente com a população que procura o referido adquirir orientações sobre os medicamentos.

Finalmente, para evitar a prática da automedicação e as consequências que ela pode acarretar, a forma correta de se tratar qualquer dor ou mal estar deve o interessado procurar um profissional habilitado e seguir suas recomendações, evitando assim o uso de medicamentos indiscriminadamente, mesmo que este tenha sido indicado por um médico anteriormente, por amigos, com indicativo de melhorar as dores ou outros incômodos.

REFERÊNCIAS:

ABRAFARMA. Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias. **Revista Guia da Farmácia**, Resultados Apurados , por Lígia Favoretto Disponível em< <http://www.abrafarma.com.br/news02.htm> >. Acesso em 25 de abril de 2015, às 09h45min.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Uso Indiscriminado**. Disponível: <www.anvisa.gov.br/propaganda/folder/usoindiscriminado> Acesso em 25 de abril de 2015, às 15h30min.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC Nº 20**, De 5 De Maio De 2011. Diário Oficial da União (DOU) em 9 / 5 / 2011.Disponível: <<http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC%2020%202011.pdf?jornal=...%28Acessado1>> Acesso em 20 de abril de 2015, às 10h45min.

AQUINO, DANIELA SSILVA de; BARROS, JOSÉ AUGUSTO CABRAL de; SILVA, MARIA DOLORES PAES da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 15, núm. 5, 2010, pp. 2533-2538. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. Brasil.
.Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63017467027>> Acesso em 20 maio, 2015, às 10h15min.

BARROS, J.A.C. **Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses da saúde?** Brasília. Unesco, 2004.

BRICEÑO-LÉON, R. **Siete tesis sobre la educación sanitaria para la participación comunitaria**. Caderno de Saúde Pública , v.12, n.1, p.7-30, jan/mar., 1996.

CECCIM, B.R. **Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário**. Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p. 161-77, set 2004/fev. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, **A Organização Jurídica da Profissão Farmacêutica**. Brasília, C.F.F., 1999.

FUCHS et al, 2006. **Farmacologia Clínica: Fundamentos da terapêutica racional**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

G1. **Resolução que prevê prescrição de remédio por farmacêutico é publicada**. Disponível:<<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/09/resolucao-que-preve-prescricao-de-remedio-por-farmacutico-e-publicada.html>>. Acesso em 22 de abril de 2015, às 13h30min.

HEPLER, C.D.; STRAND, L.M. **Opportunities and responsibilities in pharmaceutical care**. Am. J. Hosp. Pharm., v.47, n.3, p.533-543, 1990.

LIMA, R.T. et al. **Educação em saúde e nutrição em João Pessoa, Paraíba**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 13, n. 1, p. 29-36, 2000.

LOPES, N. M. **Automedicação:** Algumas reflexões sociológicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n 37, 2001, p. 141-16.

MEHRY, E. E. **Razões e planejamento**, 1º ed., São Paulo, Ed. HUCITEC, 1994, p.118.

MENDES, C. M. M, CASTRO, G. L. G, PEDRINE, R. C. A, GASPAR, M. S. D, SOUZA, F. C. F, **Perfil Socioeconômico da Automedicação em Teresina**, *R.Interd.* v. 7, n. 4, p. 115-123, out. nov. dez. 2014.

MENEZES A.E, OLIVEIRA S.M, CUNHA A.F, PINHEIRO G.F, BEZERRA P.B. **Automedicação Com Antimicrobianos Para o Tratamento De Infecções Urinária Em estabelecimento Farmacêutico De Fortaleza (CE)**. *Revista Infarma*, v. 16, n. 11—12, 2004.

MUSIAL C, D, SANTOS D, J, ALEXANDRINO B. T. **A automedicação entre os brasileiros**. *SaBios-Revista de Saúde e Biologia, América do Norte*, 229 12 2007.

OLIVEIRA R.K, MUNARETTO P. **Uso Racional de Antibiótico:** responsabilidade de prescritores, usuários e dispensadores. *Revista Contexto e SaúdeIJUÍ Editora UNIJUÍ* v. 9 n. 18 JAN./JUN. 2010 p. 43-5.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **The role of the pharmacist in the health care system**. Geneva: OMS, 1994 p.24.

Organização Pan-Americana de Saúde. **Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica:** proposta. Brasília, DF, 2002 p.21.

PARRA, Nélio. Planejamento de currículo. Cap. 4. O planejamento da ação didática. *Revista Escola*, n.5, 1972, p.95 -111.

Disponível: <<http://rcolacique.files.wordpress.com/2010/08/dide3a1tica-texto.pdf>> Acesso 19 agosto de 2015.

PEREIRA, F. L. A. **As Tendências Pedagógicas e a Prática Educativa nas Ciências da Saúde**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19 n.5 p.1527-1534, set-out, 2003.

PEREIRA, L. R. L, FREITAS, O. **A Evolução da Atenção Farmacêutica e a Perspectiva para o Brasil**. *Rev. Bras. Cienc. Farm.* vol.44 n.4 São Paulo Oct./Dec. 2008.

SILVA, R. L. **Conhecimentos e Atitudes dos Farmacêuticos Sobre A Regulamentação da Profissão e Funcionamento de Drogarias** – Uma Abordagem Sanitária, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA. Os perigos da automedicação. Disponível: <WWW.endocrino.org.br/osperigos_da_automedicao> Acesso 31 de julho de 2015), às 15h20min

SOUSA H. W. O JENNYFF. L. S, MARCELINO S. N. **A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil.** Recebido em 07/05/2008 -. V.1, p.67-72, 2008 Aceito em 03/06/2008 Curso de Farmácia da Faculdade de Imperatriz – FACIMP. Imperatriz - MA, Brasil.

SOUZA L.H.T, GOMES L.T.S, PEREIRA G.M, COSTA N.R.A, PESSOA G.S, ZANETTI H.H.V. **Automedicação Versus Automedicação Responsável:** uma análise em três escolas de Alfenas-MG. Revista Brasileira de Odontologia. 2010; v.67 n.1 p.8-12.

TEIXEIRA N.M.V, SILVEIRA R.M. CEFPEPS. **Módulo 7 – Investigando Questões de Educação Na Área da Saúde.** Belo Horizonte, 2014.

TELLES FILHOP.C.P; ALMEIDA, A.G.P, e PINHEIRO, M.L.P. Automedicação em Idosos: Um problema de Saúde Pública. Rev. Enferm..UERJ, Rio de Janeiro, 2013 abr/jun;21 (2):199-201. Acesso, 05 de agosto de 2015, às 13h30min.

TOLEDO, MM; RODRIGUES, SC; CHIESA AM . Educação em Saúde no Enfrentamento da Hipertensão Arterial: uma nova ótica para um velho problema. **Texto Contexto Enferm,** Florianópolis., 2007. Abr-Jun; 16(2):233-8.

VINHOLESR.E, ALANO M.G, GALATO D. **A percepção da comunidade sobre a atuação do Serviço de Atenção Farmacêutica em ações de educação em saúde relacionadas à promoção do uso racional de medicamentos** – Scielo Saúde soc. V.18 n.2 São Paulo Apr./June 2009.

VITOR, RICARDO S; LOPES .C. P, Menezes, HONÓRIO.S, KERKHOFF, CARLOS. E. **Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS.** Ciência & Saúde Coletiva, v.13 p.737-743, 2008.

ZUBIOLI, A. **O farmacêutico e a automedicação responsável.** Farmácia Brasileira - Set/Out 2000.